

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta Mercantil Class.: Camp. Mogno 92
 Data: 13/11/92 Pg.: 13 88

MOGNO

Greenpeace reivindica proibição da extração para preservar espécie

por Andréa Doré
de Brasília

Representantes da Greenpeace no Brasil entregaram ontem à Procuradoria Geral da República e à Presidência da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados um manifesto, assinado por 65 entidades, alertando para os prejuízos sociais e ambientais causados pela exploração de mogno na região Amazônica. Hoje, em audiência marcada com o ministro do Meio Ambiente, Fernando Coutinho Jorge, deverá ser encaminhado um pedido de proibição da exploração no Brasil. Já foram devastados, para esse fim, 415 mil quilômetros de floresta na região Norte.

No documento entregue às autoridades foram relacionados os efeitos negativos da retirada de mogno no País. Segundo o coordenador da campanha de florestas tropicais da Greenpeace, José Augusto Pádua, o método de exploração dessa madeira abre caminho para a derrubada de outras espécies. A primeira consequência grave é a abertura de estradas. Dados da entidade indicam que as doze grandes madeireiras que atuam no Norte do País já construíram 3 mil quilômetros de estradas ilegais no sul do Pará. "Essas estradas são depois usadas para a realização de grandes derrubadas, por colonos e fazendeiros", afirma Pádua.

Outro ponto diz respeito à invasão de reservas ecológicas e indígenas, uma vez que 40% da região explorada para a obtenção do mogno pertence a algum tipo de reserva. Muitas tribos indígenas acabam fazendo acordos com os madeireiros e trocam a retirada de mogno pela construção de casas ou por equipamentos. Antonio Pires, representante da Funai junto à tribo Nambikwara, no norte do Mato Grosso, afirma, no entanto, que esses acordos não são cumpridos, o relacionamento entre brancos e índios é violento e não há controle por parte das tribos quanto ao volume de madeira retirada.

O dossiê elaborado pela

Greenpeace sobre o assunto alerta ainda para o impacto ecológico dessa atividade. O mogno, sendo encontrado de maneira dispersa na região, exige a abertura de longas estradas para a sua retirada.

Finalmente, a permanência do ritmo atual de exploração levará à extinção do mogno no Brasil num período de quatro anos, segundo os especialistas consultados pela Greenpeace.

O levantamento da entidade demonstra que a sonegação fiscal atinge entre 90 e 95% das exportações de mogno do Brasil — hoje o principal fornecedor mundial. O diretor executivo da Greenpeace no Brasil, Rubens Almeida, afirma que são conflitantes os dados brasileiros em relação aos países importadores. "As importações comprovadas pelos Estados Unidos e Inglaterra — principais compradores — são maiores do que toda a exportação confirmada pelas empresas brasileiras", explica.

Na avaliação do presidente nacional dos seringueiros, Atanagildo Matos, além da ação de fiscalização ou da própria proibição da derrubada de mogno, os órgãos do governo deveriam garantir mercado para os produtores da região baseados na atividade extrativista, como forma de garantir a renda da população desvinculada do comércio predatório.

ESGOTAMENTO

As entidades ambientalistas temem que a demanda mundial por mogno seja suprida, no curto prazo, apenas pela produção brasileira. O esgotamento das florestas tropicais da Ásia atrairia madeireiras de todo o mundo para a Amazônia, assim como acontece no cenário interno. Até 1981, a extração de mogno da região Sudeste estava em torno de 30 milhões de metros cúbicos por ano, quando a Amazônia respondia por apenas 30% da produção nacional. Hoje o quadro se inverteu e, dos 70 milhões de metros cúbicos obtidos em 1989, 70% foram retirados na região Norte do país.